



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO
CAMPUS AVANÇADO CRISTALINA

**Projeto Pedagógico do Curso de Formação Inicial e Continuada em
Reestruturação e Formação da 1ª Turma de Guarda Civil Municipal de
Cristalina-GO**

Eixo Tecnológico: Ambiente, Saúde e Segurança

Cristalina-GO

Junho de 2016



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO
CAMPUS AVANÇADO CRISTALINA

PROPOSTA DE CURSO NA MODALIDADE FIC - FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA

1- IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

NOME DA INSTITUIÇÃO: Instituto Federal Goiano Campus Avançado Cristalina

CNPJ: 10.651.417/0009-25

ENDEREÇO: Rua Araguaia, SN, Loteamento 71, Caixa Postal 166, Setor Oeste, CEP 73.850-000, Cristalina-GO.

TELEFONE: (61) 3612-8500

SITE DA INSTITUIÇÃO: www.ifgoiano.edu.br/cristalina

2- IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

NOME DO CURSO: Reestruturação e Formação da 1ª Turma de Guarda Civil Municipal de Cristalina-GO.

EIXO TECNOLÓGICO: Ambiente, Saúde e Segurança

COORDENAÇÃO: Suelen Cristina Mendonça Maia

LOCAL DE REALIZAÇÃO/CAMPUS: Campus Avançado Cristalina

DATA INICIAL: 06 de junho de 2016

DATA PREVISÃO DE TÉRMINO: 23 setembro de 2016

3- CARACTERÍSTICA DO CURSO

NÍVEL/CATEGORIA: Curso de Formação Inicial

MODALIDADE DE ENSINO: Presencial e EAD

ESCOLARIDADE MÍNIMA: Ensino Médio Completo

CARGA HORÁRIA: 757,5 horas

NÚMERO DE VAGAS: 54

FREQUÊNCIA DA OFERTA DO CURSO: anual

PERIODICIDADE DAS AULAS: todos os dias

TURNO: diurno

INSTITUIÇÃO PARCEIRA: Prefeitura Municipal de Cristalina, Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária do Estado de Goiás.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO
CAMPUS AVANÇADO CRISTALINA

4- JUSTIFICATIVA

O plano de ensino e reestruturação da Guarda Civil Municipal de Cristalina é um instrumento administrativo, elaborado pelo assessor da Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária – SSPAP/GO Sgt da PMGO Hernany Bueno de Araújo e convalidado pela Prefeitura Municipal de Cristalina, Instituto Federal Goiano Campus Cristalina e Gabinete de Gestão Integrada Municipal de Cristalina para conhecimento de todos os envolvidos no 1º Curso de Formação de Guarda Civil Municipal.

O curso será aplicado aos 54 servidores públicos na modalidade de ensino presencial e EAD, um total de 1010 h/a. Os Guardas Civis Municipais que concluíram todas as fases do curso estarão habilitados e aptos a operarem conforme suas atribuições em lei pois se submeterão às exigências em edital interno específico, sem desconsiderar o art. 10 da Lei nº 13.022, de 08 de agosto de 2014.

Para o ano de 2016 a meta inicial é iniciar o curso de formação no dia 06 de junho de 2016 e finalizar no dia 23 de setembro de 2016, para atender a Lei nº 13.022, de 08 de agosto de 2014, objetivando a devida formação dos profissionais da Guarda Civil Municipal baseado na Matriz Curricular Nacional da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP do Ministério da Justiça para a formação de Guardas Municipais. Considerando no mínimo os quatro eixos de conhecimentos: Ética, Cidadania, Direitos Humanos, Segurança Pública e Defesa Social; Sociedade, sua organização de poder e a Segurança Pública; O indivíduo como sujeito e suas interações no contexto da Segurança Pública; Diversidade, Conflitos e Segurança Pública.

Curso de formação inicial vem para qualificar o profissional da Guarda Civil Municipal como agente de cidadania e construir sua identidade como educador, mediador e agente de prevenção, utilizando o diálogo como importante instrumento para mediar conflitos e tomar decisões, motivando-o a adotar no dia a dia, atitudes de justiça, cooperação interna e com outros órgãos parceiros, e respeito à lei, valorizando a diversidade que caracteriza a sociedade brasileira e posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, étnicas, de classe social, de crenças, de gênero, de orientação sexual e em outras características individuais e sociais, enquanto agente transformador da realidade social e histórica do país, dominando as diversas técnicas para o desempenho de suas funções nos limites legais e ético-profissionais do



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO
CAMPUS AVANÇADO CRISTALINA

uso da força utilizando diferentes linguagens, fontes de informação e estágios tecnológicos para construir e afirmar conhecimentos sobre a realidade e as situações que requerem a atuação da Guarda Municipal, desenvolvendo o conhecimento de si mesmo e o sentimento de confiança em suas capacidades técnica, cognitiva, emocional, física e ética.

Os profissionais das Guardas Municipais não serão formados somente através de projetos legislativos, mas de uma formação baseada na legalidade, na ética e na modernidade. A Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), em cumprimento ao disposto no Programa de Segurança Pública para o Brasil do Governo Federal, na legislação que regulamenta o Estatuto do Desarmamento, assim como na implantação e fortalecimento do SUSP – Sistema Único de Segurança Pública, publica a Matriz Curricular Nacional para a Formação de Guardas Municipais, que propõe a constituição de um sistema educacional único para todas as polícias estaduais e demais órgãos de Segurança Pública.

A Matriz Curricular Nacional para Guardas Municipais não se restringe ao simples acúmulo de informações, mas proporcionar a todo(a)s este(a)s profissionais consigam refletir criticamente sobre o SUSP e empreender ações que colaborem com eficácia no Plano de Segurança de sua cidade e é um referencial nacional para a formação em Segurança Pública, Valoriza a capacidade de utilização crítica e criativa do conhecimento, ao mesmo tempo em que oportuniza o respeito às diversidades regionais, sociais, econômicas, culturais e políticas existentes no país, possibilitando a construção de referências nacionais que possam traduzir os “pontos comuns” que caracterizam a formação das Guardas Municipais nos diversos municípios brasileiros.

5- OBJETIVOS

Formar e estruturar a Guarda Civil Municipal de Cristalina para a promoção e o desenvolvimento do exercício da profissão baseado nos fundamentos decorrentes de conceitos norteados pela ética, pelos Direitos Humanos e Cidadania valorizando o respeito à pessoa, a justiça social e a compreensão da diversidade.

Proporcionar ao GCM, aptidão para o desenvolvimento de suas atribuições estabelecidas na lei nº 13.022 de 08 de agosto de 2014.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO
CAMPUS AVANÇADO CRISTALINA

6- METAS PARA FORMAÇÃO

Formar entre os meses de junho e setembro de 2016 os 54 Guardas Civis Municipais de Cristalina que efetuaram as inscrições junto ao Instituto Federal Goiano Campus Avançado Cristalina;

Construir Acordo de Cooperação Técnica entre o Instituto Federal Goiano Campus Avançado Cristalina e Prefeitura Municipal de Cristalina – GO com o objetivo de Formar a GCM;

Realizar audiência com os 55 GCMs para inscrição e esclarecimentos, escuta de sugestões e alinhamento de informações acerca do 1º Curso de Formação de Guarda Civil Municipal na sala de reunião do GGIM de Cristalina - GO;

Iniciar o Curso de Formação de Guarda Civil Municipal no dia 06 de junho de 2016 às 8 h no auditório do salão do clube caça e pesca – Cristalina - GO;

Realizar no Instituto Federal Goiano, aula inaugural do I Curso de Formação de Guarda Civil Municipal de Cristalina – GO e Ciclo de Palestras às 9h00min do dia 07 de junho de 2016;

Realizar cerimônia de formatura do curso às 10h no dia 23 de setembro de 2016 na Prefeitura Municipal de Cristalina – GO;

Realizar visita técnica na Secretaria de Segurança Pública e Guarda Civil Metropolitana de Goiânia;

Realizar visita técnica no Cento Integrado de Inteligência, Comando e Controle - CIICC de Goiânia;

Realizar visita técnica no museu de armas e drogas da Academia da Polícia Civil do Distrito Federal;

Realizar visita técnica no Instituto Médico Legal de Luziânia;

Realizar Estágio Operacional em Operação Integrada sobre a Coordenação do GGIM de Cristalina;

Fomentar a criação de um calendário permanente de aperfeiçoamento da GCM.

7- METAS PARA A ESTRUTURAÇÃO

Criação de Normas Gerais de Ação da Guarda Civil Municipal de Cristalina – GO;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO
CAMPUS AVANÇADO CRISTALINA

Reestrutura física administrativa (sede), kit de uniforme (camiseta, gandola, calça, coturno, meias, cinto de nylon, cinto de guarnição) e viaturas caracterizadas.

8- BASE LEGAL

Lei nº 13.022, de 08 de agosto de 2014/Presidência da República

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei institui normas gerais para as guardas municipais, disciplinando o § 8º do art. 144 da Constituição Federal.

Art. 2º Incumbe às guardas municipais, instituições de caráter civil, uniformizadas e armadas conforme previsto em lei, a função de proteção municipal preventiva, ressalvadas as competências da União, dos Estados e do Distrito Federal.

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS

Art. 3º São princípios mínimos de atuação das guardas municipais:

- I – Proteção dos direitos humanos fundamentais, do exercício da cidadania e das liberdades públicas;
- II – Preservação da vida, redução do sofrimento e diminuição das perdas;
- III – Patrulhamento preventivo;
- IV – Compromisso com a evolução social da comunidade; e
- V – Uso progressivo da força.

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 4º É competência geral das guardas municipais a proteção de bens, serviços, logradouros públicos municipais e instalações do Município.

Parágrafo único. Os bens mencionados no caput abrangem os de uso comum, os de uso especial e os dominiais.

Art. 5º São competências específicas das guardas municipais, respeitadas as competências dos órgãos federais e estaduais:

- I – Zelar pelos bens, equipamentos e prédios públicos do Município;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO
CAMPUS AVANÇADO CRISTALINA

II – Prevenir e inibir, pela presença e vigilância, bem como coibir, infrações penais ou administrativas e atos infracionais que atentem contra os bens, serviços e instalações municipais;

III – Atuar, preventiva e permanentemente, no território do Município, para a proteção sistêmica da população que utiliza os bens, serviços e instalações municipais;

IV – Colaborar, de forma integrada com os órgãos de segurança pública, em ações conjuntas que contribuam com a paz social;

V – Colaborar com a pacificação de conflitos que seus integrantes presenciarem, atentando para o respeito aos direitos fundamentais das pessoas;

VI – Exercer as competências de trânsito que lhes forem conferidas, nas vias e logradouros municipais, nos termos da Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), ou de forma concorrente, mediante convênio celebrado com órgão de trânsito estadual ou municipal;

VII – Proteger o patrimônio ecológico, histórico, cultural, arquitetônico e ambiental do Município, inclusive adotando medidas educativas e preventivas;

VIII – Cooperar com os demais órgãos de defesa civil em suas atividades;

IX – Interagir com a sociedade civil para discussão de soluções de problemas e projetos locais voltados à melhoria das condições de segurança das comunidades;

X – Estabelecer parcerias com os órgãos estaduais e da União, ou de Municípios vizinhos, por meio da celebração de convênios ou consórcios, com vistas ao desenvolvimento de ações preventivas integradas;

XI – Articular-se com os órgãos municipais de políticas sociais, visando à adoção de ações interdisciplinares de segurança no Município;

XII – Integrar-se com os demais órgãos de poder de polícia administrativa, visando a contribuir para a normatização e a fiscalização das posturas e ordenamento urbano municipal;

XIII – Garantir o atendimento de ocorrências emergenciais, ou prestá-lo direta e imediatamente quando deparar-se com elas;

XIV – Encaminhar ao delegado de polícia, diante de flagrante delito, o autor da infração, preservando o local do crime, quando possível e sempre que necessário;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO
CAMPUS AVANÇADO CRISTALINA

XV – Contribuir no estudo de impacto na segurança local, conforme plano diretor municipal, por ocasião da construção de empreendimentos de grande porte;

XVI – Desenvolver ações de prevenção primária à violência, isoladamente ou em conjunto com os demais órgãos da própria municipalidade, de outros Municípios ou das esferas estadual e federal;

XVII – Auxiliar na segurança de grandes eventos e na proteção de autoridades e dignatários; e,

XVIII – Atuar mediante ações preventivas na segurança escolar, zelando pelo entorno e participando de ações educativas com o corpo discente e docente das unidades de ensino municipal, de forma a colaborar com a implantação da cultura de paz na comunidade local.

Parágrafo único. No exercício de suas competências, a guarda municipal poderá colaborar ou atuar conjuntamente com órgãos de segurança pública da União, dos Estados e do Distrito Federal ou de congêneres de Municípios vizinhos e, nas hipóteses previstas nos incisos XIII e XIV deste artigo, diante do comparecimento de órgão descrito nos incisos do caput do art. 144 da Constituição Federal, deverá a guarda municipal prestar todo o apoio à continuidade do atendimento.

Decreto nº 5123, de 2004, Art. 42:

“O Porte de Arma de Fogo aos profissionais citados nos incisos III e IV, do art. 6o, da Lei no 10.826, de 2003, será concedido desde que comprovada a realização de treinamento técnico de, no mínimo, sessenta horas para armas de repetição e cem horas para arma semiautomática.

§ 1o O treinamento de que trata o caput desse artigo deverá ter, no mínimo, sessenta e cinco por cento de conteúdo prático.

§ 2o O curso de formação dos profissionais das Guardas Municipais deverá conter técnicas de tiro defensivo e defesa pessoal.

A necessidade do real cumprimento das citadas leis baseia-se na condição de fiscalização do Ministério da Justiça, por intermédio da Polícia Federal, diretamente ou por convênio com os órgãos de segurança pública dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO
CAMPUS AVANÇADO CRISTALINA

Decreto nº 5123, de 2004, Art. 40:

Cabe ao Ministério da Justiça, por intermédio da Polícia Federal, diretamente ou mediante convênio com os órgãos de segurança pública dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, nos termos do § 3º do art. 6º da Lei nº 10.826, de 2003: (Redação dada pelo Decreto nº 6.715, de 2008).

I – Conceder autorização para o funcionamento dos cursos de formação de guardas municipais;

II – Fixar o currículo dos cursos de formação;

III – Conceder Porte de Arma de Fogo;

IV – Fiscalizar os cursos mencionados no inciso II; e

V – Fiscalizar e controlar o armamento e a munição utilizados.

Parágrafo único. As competências previstas nos incisos I e II deste artigo não serão objeto de convênio.

Vale ressaltar que os cursos 01/2016 e 02/2016 não tratarão em nenhuma hipótese de treinamento com armamento letal. Este será tema em outra oportunidade após o preenchimento de pré-requisitos e etapas necessárias para o pleito, conforme leis e decretos mencionados nos parágrafos anteriores. Porém no 2º Curso de 2016 será realizado o treinamento com armamento de condutividade elétrica, menos que letal e outras atividades previstas na Lei nº 13.022, de 08 de agosto de 2014.

9- ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Os cursos estão divididos em áreas de estudo teóricas e práticas (Anexo I), além de diversas palestras e demais informações sobre o funcionamento interno da Corporação, são todas previstas na Matriz Curricular Nacional para a formação de Guardas Municipais, perfazendo a carga horária e módulos estão estabelecidas em tabela específica. Sendo que os alunos terão no mínimo 08 horas diários de estudos distribuídas de segunda a sexta feira de 8h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h45min, podendo ser estendidas de acordo com as necessidades do setor competente do IF Goiano e Coordenação Geral.

10- MÓDULOS DE DISCIPLINAS COM CARGA HORÁRIA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO
CAMPUS AVANÇADO CRISTALINA

Objetivos:

Proporcionar aos novos Guardas Cíveis Municipais a estrutura administrativa, a compreensão da estrutura organizacional, da história e da dinâmica das atribuições das Guardas Cíveis Municipais e das demais Instituições de segurança pública. Contextualizar e debater junto aos diferentes órgãos de segurança a instrumentalização da Guarda Civil Municipal no desenvolvimento das políticas integradas de segurança. O Guarda Civil Municipal deverá compreender os princípios, estruturas, processos e métodos adotados na formulação e execução das políticas de segurança urbana, bem como poder apresentar novas alternativas ao sistema atual a partir da Lei nº 13.022 (Quadro 1);

Estimular os Guardas Cíveis Municipais conhecimentos acerca das Legislações mais necessárias no dia a dia, bem como lidar com situações adversas e complexas no decorrer do desenvolvimento de sua função. Identificar direitos e deveres, buscar um padrão de integração, cooperação, planejamento, execução e rotina operacional que valorize o policiamento orientado, comunitário, os direitos humanos, as diferenças e a dignidade do ser humano;

Reflexão técnica acadêmica da complexidade que se apresenta o atual cenário de Segurança Pública e a necessidade da Guarda Civil Municipal conhecer diversas diretrizes estabelecidas por outros Órgãos Públicos e despertar a necessidade de parcerias, integração e cooperação entre os três Entes da Federação. Uma oportunidade de conhecer e se relacionar com temáticas transversais.

Quadro 1. Quadro geral de disciplinas com carga horária

MÓD.	Nº	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA (45MIN)	HORAS
	01	DIREITO HUMANOS	25	18,75
	02	VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL E SAÚDE DO GCM	05	3,75
	03	CIDADANIA E POLÍTICA	20	15,00
	04	VIOLÊNCIA, CRIME E CONTROLE SOCIAL	25	18,75
	05	LÍNGUA PORTUGUESA	20	15,00
	06	METODOLOGIA CIENTÍFICA	10	7,50
	07	PROCESSO DE URBANIZAÇÃO	15	11,25
	08	GESTÃO E GOVERNANÇA;	20	15,00



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO
CAMPUS AVANÇADO CRISTALINA

I	09	PRESERVAÇÃO E GESTÃO AMBIENTAL	15	11,25
	10	CONDICINAMENTO FÍSICO	40	30,00
	11	DEFESA PESSOAL	40	30,00
	12	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE CRISTALINA	05	3,75
	13	DIVISÃO ADMINISTRATIVA;	05	3,75
	14	TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS DA GCM	45	33,75
	15	O PAPEL DA GUARDA MUNICIPAL E A GESTÃO INTEGRADA EM SEGURANÇA	05	3,75
	16	NOÇÕES BÁSICAS DE PRIMEIROS SOCORROS E COMBATE A INCÊNDIOS	35	26,25
	17	INTRODUÇÃO A ORDEM UNIDA (UNIDADE E SOLENIDADES)	15	11,25
	18	COMUNICAÇÃO, INFORMAÇÃO, TECNOLOGIAS EM SEGURANÇA PÚBLICA E GERENCIAMENTO DA INFORMAÇÃO	10	7,50
	19	LEGISLAÇÃO	50	37,50
	20	GUARDA MUNICIPAL COMUNITÁRIA E CIDADÃ	10	7,50
	21	ÉTICA PROFISSIONAL	05	
	22	GESTÃO INTEGRADA DA SEGURANÇA PÚBLICA MUNICIPAL	10	7,50
	23	PRESERVAÇÃO, CONSERVAÇÃO E SEGURANÇA DE PRÓPRIOS PÚBLICOS	10	7,50
	24	RÁDIO COMUNICAÇÃO E TELECOMUNICAÇÕES	10	7,50
	25	PROCEDIMENTOS NO TRÂNSITO	10	7,50
	26	DIREÇÃO DEFENSIVA	15	11,25
	27	ESCOLTA E CONDUÇÃO DE PRESO	05	3,75
	28	INTRODUÇÃO À INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	05	3,75



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO
CAMPUS AVANÇADO CRISTALINA

	29	INTRODUÇÃO À ANÁLISE CRIMINAL E O POLICIAMENTO ORIENTADO PARA O PROBLEMA	05	3,75
	30	ISOLAMENTO E PRESERVAÇÃO DE LOCAL DE CRIME	10	7,50
	31	MODELO DE POLÍCIAS NO MUNDO	05	3,75
	32	CONTROLE DE DISTÚRBIOS CIVIS (REPRESSÃO INTERNA IMEDIATA NOS PRÓPRIOS PÚBLICOS)	15	11,25
	33	AUTO PRESERVAÇÃO DA VIDA	10	7,50
	34	USO DIFERENCIADO DA FORÇA	20	15,00
	35	SOBREVIVÊNCIA URBANA;	10	7,50
	36	SOBREVIVÊNCIA E TÉCNICAS EM CAMPO	10	7,50
	37	HABILITAÇÃO EM DISPOSITIVO ELETRÔNICO DE CONTROLE – DEC	25	18,75
	38	TECNOLOGIAS DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO	05	3,75
	39	ROTINAS E ESTÁGIOS OPERACIONAIS	30	22,50
	40	GERENCIAMENTO DE CRISE	10	7,50
II	41	FILOSOFIA APLICADO AOS DIREITOS HUMANOS/EAD	60	45,00
	42	POLÍCIA COMUNITÁRIA/EAD	60	45,00
	43	POLICIAMENTO ORIENTADO PARA O PROBLEMA/ EAD	60	45,00
III	44	ARMAMENTO E TIRO	160	120,00
IV	45	PALESTRAS, VISITAS TÉCNICAS E PROJETOS ACADÊMICOS	30	22,50
TOTAL			1.010	757,50

11- METODOLOGIA E ESTRATÉGIAS DE ENSINO

As aulas serão ministradas utilizando metodologia participativa e discursiva por meio de aulas expositivas dialogadas, debates, estudos dirigidos, problematização de situações específicas na área de Segurança Pública, aulas práticas externas, palestras



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO
CAMPUS AVANÇADO CRISTALINA

estratégicas, visitas técnicas, seminários, ciclo de palestras de alto nível, aulas na modalidade EAD e etc.

As aulas expositivas dialogadas utilizarão recursos de projeção em tela e televisão, quadro branco e grupos de discussões. Utilização de recursos audiovisuais, disponibilização de bibliografia básica para consulta, atendimento individual ou em grupo. As aulas práticas serão ministradas em campo com demonstrações práticas de procedimentos técnicos.

12- CRITÉRIOS E METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

Para efeito de acompanhamento do rendimento dos alunos, serão aplicados, durante o período letivo, instrumentos de avaliação, com o caráter de Avaliações Parciais. As avaliações constarão de seis notas distribuídas em módulos (M) os quais, ao final do bimestre, comporão o **Conceito Final (CF)**.

Os módulos serão compostos por três provas de múltipla escolha, pela nota de **Armamento e Tiro (NAT)**, pela nota do **Teste de Aptidão Física (TAF)**, e por mais uma nota de **Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)**. As três provas de múltipla escolha formarão três módulos (M1, M2 e M3) nos quais serão compostos pelas disciplinas apresentadas no curso (Quadro 1) (Equação 1).

$$\text{Equação 1: CF} = [(M1 + M2 + M3 + NAT + TAF + TCC) / 6].$$

As notas serão atribuídas em uma escala de 0 a 100 pontos, com duas casas decimais após a vírgula. O arredondamento da nota será feito quando: o terceiro algarismo a ser abandonado for 0,1,2,3 ou 4, ficando inalterada a penúltima casa decimal que permanece, e, quando o segundo algarismo a ser abandonado é o 6,7,8 ou 9, aumenta-se em uma unidade o penúltimo algarismo que permanece.

Os alunos serão classificados pelas notas para fins de premiação, e em caso de empate na pontuação final, será considerado os seguintes critérios de desempate: 1) Maior tempo de serviço no GCM, e, 2) Aluno de maior idade no curso.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) constará de uma atividade acadêmica em que o aluno deva sistematizar, registrar e apresentar conhecimentos científicos e técnicos com contribuição social e/ou ambiental, produzidos na área do curso, como resultado do trabalho de pesquisa, investigação científica e/ou extensão. O TCC será



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO
CAMPUS AVANÇADO CRISTALINA

avaliado por banca examinadora, constituída por professores do curso, indicados por um professor orientador, que deverá presidir a mesma. A avaliação se dará sobre o trabalho escrito e a apresentação e defesa oral pública. A nota final do aluno será a média aritmética das notas atribuídas pelos membros da banca examinadora.

O aluno será considerado apto à qualificação e certificação desde que tenha aproveitamento mínimo de 60% (sessenta por cento) nas avaliações e frequência maior ou igual a 75% (setenta e cinco por cento).

13- INTERLOCUÇÃO TÉCNICA ENTRE O IF GOIANO, PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISTALINA E SSPAP/GO DURANTE O DESENVOLVIMENTO DO CURSO DE FORMAÇÃO

- ✓ Interlocutor do IF Goiano: Fernando Augusto dos Santos
- ✓ Coordenador Geral do Curso do IF Goiano: Prof^a Dr^a Suelen Cristina Mendonça Maia
- ✓ Gerente do Projeto-SSPAP/GO/PMGO: Hernany Bueno
- ✓ Secretário de Vigilância e Defesa: Kleber Assis
- ✓ Coordenador Geral do Curso: Wellington Campelo
- ✓ Coordenador Geral Substituto: Douglas dos Santos
- ✓ Coordenador Pedagógico: Cleudimar Almeida
- ✓ Coordenador Administrativo e disciplinar: Marcos Dias Vieira

14- RECURSOS E LOCAIS APROPRIADOS NECESSÁRIOS PARA O CFGCM

- ✓ Para efetuar a execução das áreas de estudo, há a necessidade de materiais de apoio específicos, xerox, apostila, que serão utilizados por mais de um instrutor, nas diversas disciplinas;
- ✓ 01 viatura caracterizada como “GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE CRISTALINA - USO PARA TREINAMENTO, que possua o sistema sirene/giroflex e se possível rádio com frequência fechada, mais 2 rádios ”HT” com frequência fechada entre a viatura;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO
CAMPUS AVANÇADO CRISTALINA

- ✓ A presença obrigatória de uma equipe médica competente durante as aulas práticas. No treinamento que requer esforços físicos e manuseio de pistola de condutividade elétrica;
- ✓ Bastão tonfa;
- ✓ Armamento de condutividade elétrica;
- ✓ Algema;
- ✓ Outros materiais relacionados pelos instrutores;
- ✓ 01 sala de aula;
- ✓ 01 auditório;
- ✓ 01 sala de apoio para a Assessoria de Instrução e Formação – AIF;
- ✓ 01 vestiário feminino e 01 vestiário masculino;
- ✓ Espaço físico externo para educação física, ordem unida e atividade extraclasse;
- ✓ 01 sala para defesa pessoal;
- ✓ A seção de 02 GMs do Município de Formosa-GO, com experiência em Formação de Guarda Municipal;
- ✓ A seção de 01 GCM do Município de Novo Gama-GO, com perfil técnico;
- ✓ 01 Servidor da SSPAP/GO com experiência em Formação de Guarda Civil Municipal;
- ✓ Apoio administrativo e pedagógico do IF Goiano, conforme previsto no Acordo de Cooperação Técnica;
- ✓ Materiais de tecnologia e audiovisual.

15- REFERÊNCIAS

Matriz Curricular Nacional para a Formação de Guardas Municipais – SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – SENASP.

16- PARECER FINAL

Este plano de reestruturação e formação da guarda-civil municipal de Cristalina – GO foi construído pelo Assessor da Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária de Goiás, Sargento da Polícia Militar, Hernany Bueno de Araujo, baseado na Matriz Curricular Nacional para a formação de Guardas



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO
CAMPUS AVANÇADO CRISTALINA

Municipais – SENASP/MJ/2004, Lei nº 13.022/2014 e inspirado na filosofia de Gabinete de Gestão Integrada Municipal – GGIM. Além de outras experiências nacionais de Segurança Pública exitosa no Município. Este projeto foi pensado para atender o Acordo de Cooperação Técnica entre o Instituto Federal Goiano Campus Avançado Cristalina, Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária de Goiás e Prefeitura Municipal de Cristalina – GO.

HERNANY BUENO DE ARAÚJO

Assessor da Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária de Goiás
Gerente do Projeto, Consultoria, Assessoria e Relações Institucionais

SUELEN CRISTINA MENDONÇA MAIA

Coordenação de Extensão – Portaria nº 282 de 31.03.2016
IF Goiano Campus Avançado Cristalina

WELLINGTON CAMPELO DOS SANTOS

Cabo PMGO RG 31.477
Coordenador Geral do Curso

CLEUDIMAR BARBOSA DE ALMEIDA

Guarda Municipal de Formosa – GO
Coordenador Pedagógico e Disciplinar

KLEBER DE SOUSA ASSIS

Secretário Municipal de Vigilância e Defesa de Cristalina
Secretário Municipal de Administração

LUIZ CARLOS ATTÍE

Prefeito Municipal de Cristalina – GO

EDUARDO SILVA VASCONCELOS

Diretor do IF Goiano Campus Avançado Cristalina



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

ANEXO 1 - PROGRAMAS DAS DISCIPLINAS

Estrutura Organizacional da Guarda Civil Municipal de Cristalina

Ementa: Lei de criação e organograma, regulamentos disciplinar e de uniformes, hierarquia e disciplina da Guarda Civil Municipal de Cristalina.

Objetivo: Esta disciplina visa dar ao Guarda Civil Municipal de Cristalina os conhecimentos a acerca de sua instituição, quais seus significados, sua simbologia, a estrutura de funcionamento, os parâmetros iniciais da sua atuação, a compreensão dos princípios estruturais, processos e métodos para a execução das políticas de segurança urbana.

Conteúdo:

- Estrutura do organograma da Guarda Civil Municipal de Cristalina;
- Plano de Cargos e Salários;
- Simbologia: o significado da Bandeira, Brasão, uniforme;
- Hierarquia da Guarda Civil Municipal Cristalina e suas atribuições;
- Hierarquia das forças armadas e polícias militares;
- Classificação brasileira de ocupações (CBO);
- Atribuições dos Guardas Civis Municipais;
- Ordem Unida (objetivo de uniformidade e solenidades).

Referências:

Assessoria de Instrução e Formação
Lei 1.127 de 12 de janeiro de 2011
Lei Orgânica Municipal
Estatuto e Regimento Interno da Guarda Civil Municipal de Cristalina
Leis da corregedoria e ouvidoria
Regulamento de Uniformes e Viaturas da Guarda Civil Municipal de Cristalina
Manual de Ordem Unida
Constituição Federal de 1988
Lei nº 13.022/2014

Divisão Administrativa:

Ementa: Regimento administrativo interno, regime de trabalho da PMNG, controle de frequência de servidor, deveres e direitos do servidor, condição do aluno – Guarda, férias, estatuto do servidor público GCM, e documentos diversos.

Objetivo: Oferecer aos alunos subsídios básicos para o entendimento de seus direitos e deveres como servidor público municipal e conhecimento dos procedimentos administrativos da Guarda Civil Municipal de Cristalina, necessário para o desenvolvimento de suas funções no cargo.

Conteúdo:

- Rotina administrativa pertinente ao aluno guarda;
- Estatuto da GCM.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Referências:

Estatuto e Regimento Interno da GCM de Cristalina;
Lei nº 1.745 de 2005;
Lei nº 2.275 de 24 de agosto de 2015;
Normas Gerais de Ação da GCM de Cristalina.

Técnicas e procedimentos operacionais da GCM

Ementa: Noções de técnicas de abordagem a pessoas e veículos, contenção, imobilização e condução, mediação; preservação do local do crime, uso legal e progressivo da força, planejamento e execução de patrulhamento.

Objetivo: Qualificar em técnicas e procedimentos operacionais os novos integrantes da Guarda Municipal na sua atuação constitucional. Refletir acerca da intervenção que deverá ser voltada para a mediação de conflitos, o uso comedido da força em detrimento da violência, com orientação aos cidadãos. Analisar e compreender o diagnóstico local de segurança municipal.

Conteúdo Pertinente:

- Técnicas de abordagem a pessoas e veículos em situação de flagrante delito;
- Técnicas de mediação e resolução de conflitos;
- Técnicas de preservação do local da ocorrência;
- Artefatos ou correspondências suspeitas e explosão de bomba;
- Atendimento de ocorrências de caráter policial;
- Atendimento de ocorrências de caráter social;
- Técnicas de contenção, imobilização e condução;
- Uso legal e progressivo da força e da arma de fogo;
- Técnicas e métodos de patrulhamento para proteção dos bens, serviços e instalações municipais;
- Técnicas de controle e mediação de manifestações coletivas;
- Procedimentos quanto a trabalhadores informais / comércios ambulantes;
- Outras situações peculiares do município;
- Verificação e vistoria de próprios municipais;
- Levantamento da segurança física de próprios municipais.

Referências:

BAYLEY, David H. Padrões de policiamento. São Paulo: EDUSP, 2001. (Patterns of policing. New Brunswick, N.J. Rutgers University Press, 1985)
Robert Adam: armas pessoais modernas: o guia completo e ilustrado de armas pessoais militares e civis Editorial Estampa, 1989
Manual de instrução da Guarda Civil Metropolitana – 1996
Portaria interministerial nº 4.226 de 31 de dezembro de 2010
Manual de instrução para GCMs, Curso de técnicas especiais – Guarda Civil Metropolitana

Políticas de Segurança Pública municipal / O papel da Guarda Municipal e a Gestão Integrada em Segurança



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Ementa: História e dinâmica do desenvolvimento da Guarda Civil Municipal e demais Instituições de segurança pública no Brasil, conceito de segurança pública, políticas de segurança pública municipal e gestão integrada em segurança pública em nível municipal.

Objetivo: Esta disciplina tem duas vertentes: compreender as estruturas organizacionais, a História e a dinâmica das Guardas Municipais e demais Instituições de Segurança Pública, a atuação dos diferentes órgãos e carreiras profissionais que compõem as organizações responsáveis pela promoção e preservação da ordem pública e a proteção do cidadão, com o objetivo de instrumentalizar a Guarda Civil Municipal para sua participação no desenvolvimento das políticas integradas de Segurança Urbana e a compreensão crítica dos princípios, estruturas, processos e métodos adotados na formulação e execução das políticas de segurança urbana no âmbito da Segurança Pública Municipal, as vantagens e as modalidades de coordenar e articular as práticas dos diferentes profissionais de segurança pública agindo no município.

Conteúdo:

- Funções e atribuições das Guardas Municipais (prevenção, mediação, educação);
- O papel do Guarda municipal na gestão integrada em Segurança Pública;
- Conceito de Segurança Pública e diferentes paradigmas de Segurança Pública;
- História das Guardas Municipais e outras Instituições de Segurança Pública;
- Formulação, implementação, avaliação e acompanhamento de políticas públicas de segurança;
- Discussão e análise crítica das funções e atribuições da polícia em uma sociedade democrática;
- Controle democrático interno e externo das instituições de segurança pública;
- Policiamento reativo x preventivo;
- Coordenação de políticas de segurança;
- Interação entre Polícia Militar, Polícia Civil e Guarda Civil Municipal;
- Articulação do trabalho com o Ministério Público e o Judiciário;
- Atribuição e participação de outras secretarias na segurança pública municipal;
- Análise das vantagens de integrar ao trabalho a sociedade civil organizada, (Conselhos Comunitários, CONSEGs, entre outros).

Referências

Matriz Curricular Nacional para a formação de Guardas Municipais

<http://guardamunicipalesociedade.blogspot.com.br/>

Ignacio Cano e Nilton Santos – Violência letal, renda e desigualdade no Brasil 2ª edição Editora 7 letras, 2007;

Jock Young – A sociedade excludente – exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente – Editora Revan, 2002;

Loic Wacquant – Punir os pobres – a nova gestão da miséria dos Estados Unidos. 3ª edição Editora Revan, 2007;

Marcos Rolim: – A síndrome da rainha vermelha - Policiamento e segurança pública no séc. XXI – Jorge Zahar editora, 2006;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Maria Filomena Gregori – Cenas e queixas – um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista Editora Paz e Terra, 1993;
Caco Barcellos – Rota 66 – A história da polícia que mata – Editora Record, 2010;
Manoel Goç Alves Ferreira Filho: – Direitos humanos fundamentais 12ª edição Editora Saraiva, 2010;
Portaria interministerial nº 4.226 de 31 de dezembro de 2010;
Vicente Silvestre: Guarda Civil de São Paulo, sua história. Sociedade impressora Pannartz – 1985.

Defesa pessoal:

Ementa: Desenvolvimento de técnicas centradas nos fundamentos de conter/defender, imobilizar e conduzir, aplicadas como nível alternativo de força.

Objetivo: Desenvolvimento de técnicas centradas nos fundamentos de “Conter/Defender, Imobilizar e Conduzir”, aplicadas como nível alternativo de força prevista no modelo de Uso Legal e Progressivo da Força adotado. Proporcionar conhecimentos de ordem preventiva e treinamento de várias situações com a qual o GCM pode se deparar, com proposta de soluções para imobilizações práticas e de fácil execução.

Conteúdo:

- Uso da tonfa e do cassetete;
- Defesa de armas brancas;
- Defesa e imobilização;
- Preparação para eventuais ataques;
- Defesa contra chutes;
- Defesa contra socos;
- Defesa contra agressores com arma de fogo;
- Imobilizações;
- Chaves e estrangulamentos;
- Uso de algemas.

Metodologia científica

Ementa: As diferentes formas de conhecimento. O conhecimento científico. Métodos. O processo de pesquisa. Metodologia de estudos. Trabalhos científicos.

Objetivos: Conhecer e correlacionar os fundamentos, os métodos e as técnicas de análise presentes na produção do conhecimento científico. Compreender as diversas fases de elaboração e desenvolvimento de pesquisas e trabalhos acadêmicos. Elaborar e desenvolver pesquisas e trabalhos científicos obedecendo às orientações e normas vigentes nas Instituições de Ensino e Pesquisa no Brasil e na Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Conteúdo:

- Definições conceituais. Valores e ética no processo de pesquisa;
- O sistema de comunicação na ciência: canais informais e canais formais;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

- Tipos de conhecimento. Tipos de Ciência. Classificação das Pesquisas Científicas;
- A necessidade e os tipos do Método. As etapas da pesquisa;
- O papel de orientado/orientador na produção da pesquisa acadêmica;
- Estrutura e Definição;
- Definição. Modelos. Elementos;
- Normas para elaboração de trabalhos acadêmicos IF Goiano e ABNT.

Referências:

KÖCHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 3. ed. São Paulo, SP: Atlas, 1991. 270 p. SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 13. ed. São Paulo: Cortez, 1986. 237 p. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS.

Noções Básicas de Primeiros Socorros e Combate a Incêndio:

Ementa: Prestação de atendimento básico às vítimas de acidentes ou males súbitos, até a chegada de auxílio qualificado.

Objetivo: Qualificar o Guarda Municipal para a prestação do primeiro atendimento às vítimas de acidentes ou males súbitos, diagnosticar a situação para enviar informações consistentes para o corpo médico especializado ou até a chegada de auxílio qualificado, quando for necessário.

Conteúdo:

- A responsabilidade ética e legal no atendimento pré-hospitalar;
- Avaliação do cenário do acidente;
- Normas e procedimentos de socorro de urgência;
- Procedimentos e técnicas de socorristas;
- Atuar como primeiro interventor em casos de princípios de incêndios.

Referências:

PHTLS Prehospital Trauma Life of support: – Atendimento Pré hospitalar ao traumatizado – tradução da 6ª edição – editora Mosby jems Elsevier, 2007;
SAVC – manual para provedores – American Heart Association - 2004
<http://saude.ig.com.br/minhasaude/primeirossocorros/>

Legislação:

Ementa: Direito constitucional, administrativo, penal, processual penal, ambiental e leis especiais.

Objetivo: É necessário o conhecimento do ordenamento jurídico brasileiro, seus princípios e normas, com destaque para a legislação pertinente às atividades da Guarda Civil Municipal. É importante que o tratamento das questões jurídicas não se dissocie das demais perspectivas de compreensão da realidade, tanto no processo quanto na prática profissional.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Conteúdo:

- Direito: sua concepção e função;
- Elementos de Direito Constitucional;
- Elementos de Direito Administrativo;
- Elementos de Direito Penal (tempo do crime e local do crime, parte especial, crimes em espécie, crimes contra o patrimônio, pessoa e administração pública, Crimes cometidos contra a administração pública \ patrimônio público, por funcionário público ou terceiros) e Direito Processual Penal (inquérito policial, isolamento do local de crime, prisão em flagrante);
- Legislações especiais aplicáveis no âmbito da Segurança Pública em geral e das Guardas Municipais em particular a lei de entorpecentes (tráfico e uso); Lei dos Crimes Hediondos, Lei dos Crimes de Tortura, noções de criminalística;
- Estatuto da Criança e do Adolescente;
- Estatuto do Idoso;
- Estatuto do Desarmamento;
- Lei orgânica do Município de Cristalina;
- Competências específicas do Município de Cristalina;
- A Segurança Pública nas Constituições Federal e Estadual, e na Lei Orgânica Municipal de Cristalina;
- Noções de legislações locais, específicas ao município;
- O papel constitucional das Guardas Municipais;
- Lei 13.022; de 08 de agosto de 2014/Presidência da República;
- O profissional de segurança pública e o abuso de autoridade à luz da Constituição Federal;
- Estatuto do Desarmamento e sua regulamentação.

Referências:

Constituição Federal de 1988;
Lei 10.406 de 01/01/2002 Código Civil;
Lei 5.869 de 11/01/1973 Código de Processo Civil;
Decreto-Lei 2.848 de 07/01/1940 Código Penal;
Decreto-Lei 3.689 de 03/10/1941 Código de Processo Penal;
Lei 5.172 de 25/05/1966 Código Tributário Nacional;
Lei 12.651 de 25/05/2012 Código Florestal;
Lei 8.069 de 13/07/1990 Estatuto da Criança e do Adolescente;
Lei 10.826 de 22/12/2003 Estatuto do Desarmamento;
Decreto 5.123 de 01/07/2004 Regulamenta o Estatuto do Desarmamento;
Lei 10.741 de 01/10/2003;
Portaria Interministerial 4.226 de 31/12/2010;
Lei 9.605 Lei de Crimes Ambientais;
Alessandro Baratta: Criminologia crítica do direito penal – introdução à criminologia do direito
Editora Revan,2002;
Alvino Augusto de Sá: Criminologia clínica e psicologia criminal 2ª edição — Editora Revista dos Tribunais; 2007
Caco Barcellos – Rota 66 – A história da polícia que mata – Editora Record, 2010;
Damásio de Jesus - Direito Penal parte geral 31ª edição. Editora Saraiva, 2010. volumes 1, 2, 3 e 4



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Nelson Nery Jr. e Rosa Maria de Andrade Nery: Suplemento de atualização da Constituição Federal Comentada Editora revista dos Tribunais, 2010;
Portaria interministerial nº 4.226 de 31 de dezembro de 2010;
Lei 13.022; de 08 de agosto de 2014/Presidência da República.

Direitos Humanos:

Ementa: Histórico, conceitos e discussão crítica quanto às concepções de políticas e órgãos de segurança pública e direitos humanos.

Objetivo: Esta área de estudo objetiva conceituar os Direitos Humanos, refletindo sobre as intervenções dos órgãos de segurança pública frente as realidades que envolvem os direitos humanos nas questões socioculturais, gênero, orientação sexual, etnia, geração, comportamentos estigmatizados e especialmente aquelas que se tornam geradoras de conflitos marcados por intolerância e discriminação. Objetiva também mudar a visão e o preconceito ainda existente entre os órgãos de segurança pública e os Direitos Humanos.

Conteúdo:

- Conceito de Direitos Humanos;
- Evolução histórica e aplicação dos Direito Humanos;
- Direitos Humanos e o Art. 5º da C.F.;
- Análise e discussão dos Direitos Humanos no cotidiano das Guardas Municipais;
- Os Direitos Humanos e o cotidiano das Guardas Municipais como operadores de Segurança pública;
- Declaração Universal dos Direitos Humanos (abordagem histórica).

Referências:

BRASIL NUNCA MAIS. Prefácio de D. Paulo Evaristo Arns. Ed. Vozes;
Direitos Humanos e Ordem constitucional no Brasil, Hélio Bicudo. Ed. Ática;
Declaração Universal dos Direitos Humanos. PNDH. Brasília. Ministério da Justiça, Secretaria nacional dos Direitos Humanos, 1998.
Celso Lafer – A reconstrução dos direitos humanos – um diálogo com o pensamento de Hanna Arendt – Editora Cia das letras, 2009;
Fabio Konder Comparato – A afirmação histórica dos direitos humanos VII Edição Editora Saraiva, 2010;
Gilberto Dimenstein: Cidadão de papel – a infância, a adolescência e os direitos Humanos no Brasil Editora Ática, 1993;
José Eduardo Faria (org.)- Direitos Humanos, Direitos sociais e justiça – Malheiros editores, 2010;
Manoel Goçalves Ferreira Filho: – Direitos humanos fundamentais 12ª edição Editora Saraiva, 2010;
Rizzatto Nunes: Manual de introdução ao estudo do direito, 9ª edição Editora Saraiva, 2009;
Silvia Maria da Silveira Loureiro: Tratados internacionais sobre direitos humanos na constituição Editora Del Rey, 2004;
Regina Novaes: (org.) Direitos Humanos – Temas e perspectivas – Editora Mauad, 2001;
Portaria interministerial nº 4.226 de 31 de dezembro de 2010;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

http://www.policiacivil.rs.gov.br/upload/1380658924_Balestreri_Direitos_Humanos_Coisa_policia.pdf

Cidadania e política:

Ementa: Conceitos, discussão da vocação profissional, responsabilidade social do servidor público, e de agente de cidadania do Guarda Civil Municipal;

Objetivo: Esta disciplina visa estimular o desenvolvimento de conhecimentos, práticas e atitudes relativas à dimensão ética da existência, da prática profissional e da vida social. Dentre outros assuntos de destacada relevância, é importante refletir sobre as articulações entre as diferentes noções de ética, política e cidadania, bem como suas implicações nos diferentes aspectos da vida profissional e institucional. Diretamente ligada às questões dos Direitos Humanos, esta matéria deve permitir também a reflexão sobre a atuação dos órgãos de Segurança Pública e da Guarda Civil Municipal frente aos movimentos sociais, refletir também acerca do comportamento individual, daquilo que convém ou não fazer, além de motivar para análise e discussão dos valores estabelecidos pela sociedade e como eles se expressam na prática profissional.

Conteúdo:

- A correlação entre os aspectos fundamentais da ética e a prática profissional;
- Ética profissional;
- Ética, Moral e Direito;
- Ética e Contemporaneidade;
- Conceitos de Política e Cidadania;
- As diferenças regionais e culturais no Brasil;
- A migração interna e suas causas;
- O papel da Guarda Civil Municipal, numa sociedade democrática, enquanto promotora da cidadania;
- Conhecer o papel dos Movimentos Sociais na sociedade;
- Articulação entre as noções de Ética e Direitos Humanos;
- Análise e discussão crítica acerca da responsabilidade social do servidor público enquanto servidor do público;
- Mediação da cultura da paz.

Referências:

KAHN, Túlio. Ensaio sobre Racismo: manifestações modernas do preconceito na sociedade brasileira. Ed. Conjuntura;

PINSKY, Jaime. Cidadania e educação. São Paulo: Ed. Contexto, 1998;

DIMENSTEIN, Gilberto. O Cidadão de papel. São Paulo, Ed. Àtica, 2ª edição, 1999;

DONNICI, Virgílio Luiz. Polícia: Guardiã da sociedade ou parceiro a do crime? Ed. Forense Universitária, Rio de Janeiro;

HUGGINS, Martha K. Polícia e política. Relações com os Estados Unidos. Cortez, 1999.

MELLO, G. N. de Cidadania e Competitividade. São Paulo, Ed. Cortez, 1998;

MORAES, B. Bismael. Segurança Pública e Direitos Individuais;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

PERALVA, Angelina. Violência e democracia: o paradoxo brasileiro. São Paulo: Paz e terra, 2000

Roberto da Matta: Carnavais, malandros e heróis – para uma sociologia do dilema brasileiro – Editora Rocco, 1997;

Roberto da Matta: Conta de mentiroso – sete ensaios da antropologia brasileira Editora Rocco: 1993;

Portaria interministerial nº 4.226 de 31 de dezembro de 2010;

Pesquisa CNI – IBOPE – Retratos da sociedade brasileira: segurança pública, outubro de 2011;

Guia para prevenção do crime e da violência – SENASP – 2004 - MJ;

Dicionário de filosofia.

Guarda Comunitária e Cidadã:

Ementa: Filosofia, modelos de outros países, estratégia organizacional, parceria entre a população e as instituições de segurança pública.

Objetivo: Esta matéria deve instruir o Guarda Civil Municipal na reflexão sobre a atuação da Corporação na sociedade, qualificar e fazer compreender o (a) GCM na atuação comunitária e cidadã, a participação dos integrantes da Guarda Civil Municipal nas diversas manifestações da sociedade e dos órgãos de Segurança Pública. Instruir o GCM sobre o conceito de filosofia e estratégia organizacional que proporciona uma parceria entre a população e a Guarda, baseada na premissa de que tanto a Instituição quanto a comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar e resolver problemas contemporâneos, como crimes, drogas, medos, desordens físicas, morais e até mesmo a decadência dos bairros, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida na área.

Conteúdo:

- Conceito de polícia comunitária;
- Conceito de polícia cidadã;
- Ação pró-ativa;
- Ação preventiva;
- Integração dos sistemas de defesa pública e defesa social;
- A inserção do(a) guarda civil municipal na equipe multidisciplinar da rede educacional e sua atuação na mobilização comunitária e no engajamento de crianças e adolescentes para atuarem como multiplicadores da paz;
- Transparência;
- Cidadania.

Referências:

Nelson Nery Jr. e Rosa Maria de Andrade Nery: Suplemento de atualização da Constituição Federal Comentada Editora revista dos Tribunais, 2010;

Secretaria Nacional de segurança pública: Ministério da Justiça: Curso Nacional de Promotor de polícia Comunitária 3ª edição, 2008;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Ignácio Cano e Nilton Santos – Violência letal, renda e desigualdade no Brasil 2ª edição Editora 7 letras, 2007;

Portaria interministerial nº 4.226 de 31 de dezembro de 2010;

Nazareno Marcineiro e Giovanni Cardoso Pacheco: Polícia comunitária, evoluindo para o séc. XXI. 2005;

http://www.conseg.pr.gov.br/arquivos/File/Livro_Curso_Nacional_de_Promotor_de_Policia_Comunitaria.pdf

Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária / Grupo de Trabalho, Portaria SENASP nº 002/2007 – Brasília – DF: Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP.2007. Total de páginas: 384 p.

Preservação e legislação ambiental:

Ementa: O papel da Guarda Civil Municipal na defesa do meio ambiente, proteção à biodiversidade, educação ambiental, solo, erosão, recursos hídricos.

Objetivo: Favorecer ao Guarda Civil Municipal oportunidades de reflexão quanto ao seu relevante papel na preservação ambiental e os métodos e técnicas necessárias ao desempenho de suas funções como educador e fiscalizador dos direitos e deveres do cidadão para com o meio ambiente: proteção à fauna, a proibição da caça e do comércio de espécies de animais brasileiros, a importância do meio ambiente ecologicamente equilibrado, o dever do Poder Público e da sociedade o dever de defendê-lo e preservá-lo para os presentes e futuras gerações.

Conteúdo Pertinente:

- Legislação Ambiental;
- Proteção à biodiversidade;
- O Papel da Guarda Civil Municipal na Defesa do Meio Ambiente;
- Educação Ambiental;
- Noções de sobrevivência na mata;
- Solo, Erosão, Recursos Hídricos;
- Ocupação irregular do solo;
- Uso inadequado dos Recursos Naturais;
- Sustentabilidade;
- Poder de Polícia Administrativo da Guarda Civil Municipal;
- Procedimentos e técnicas de combate à incêndios florestais;
- Biodiversidade no Município de Cristalina;

Referencias:

MACHADO, P. L. Direito ambiental brasileiro. 7ª edição Ed. São Paulo: Malheiros, 1998
FREITAS, Vladimir Passos de Direito Administrativo e meio ambiente, Curitiba, Juruá, 1993. Freitas, Vladimir Passos

Constituição Federal de 1988;

Lei 12.651 de 25/05/2012 Código Florestal;

Lei 9.605 Lei de Crimes Ambientais;

Violência, Crime e Controle Social:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Ementa: conceito, causas e consequências, noções da sociologia da violência, violência na escola, doméstica, gênero e homofobia.

Objetivo: A violência é uma problemática que atinge a todos. Desta forma, é fundamental que os novos integrantes tenham pleno conhecimento das causas e das consequências. Este tema básico estabelece um espaço de conhecimento crítico e de reflexão acerca dos fenômenos da violência e do crime em suas diversas manifestações, proporcionando a compreensão de suas diferentes causas e formas de controle. É importante entender a diferença entre a modalidade jurídico-penal de tratar a violência e outras modalidades.

Conteúdo:

- Sociologia da violência;
- Violência estrutural, institucional e interpessoal;
- Tipos de violência;
- O fenômeno “bullying” e suas consequências;
- Jovens em conflito com a lei;
- Violência e corrupção no serviço público;
- Violência policial;
- Crime organizado: conceituação e análise crítica;
- Violência da escola e violência na escola;
- Violência e grupos vulneráveis;
- Violência doméstica e de gênero;
- Mídia, violência e (in) segurança;
- Violência e cultura;
- Noções de criminologia;
- Processos criminógenos, psicologia criminal e das interações conflituosas;
- Sistema penal, processos de criminalização e práticas institucionais de
- Tratamento dos autores de atos delitivos;
- Rede de exploração sexual comercial.

Referências:

SOARES, Luiz Eduardo. “Geografia da Violência no Rio de Janeiro”. In: Folha de São Paulo. 30.10.2004. Acesso em: 21 abril 2004. Disponível em: http://www.luizeduardosoares.com.br/artigo_ind.php?categoria=seguranca.
Caco Barcellos – Rota 66 – A história da polícia que mata – Editora Record, 2010;
Gilberto Dimenstein: Cidadão de papel – a infância, a adolescência e os direitos Humanos no Brasil Editora Ática, 1993;
Ignacio Cano e Nilton Santos – Violência letal, renda e desigualdade no Brasil 2ª edição Editora 7 letras, 2007;
Maria Filomena Gregori – Cenas e queixas – um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista Editora Paz e Terra, 1993;
Portaria interministerial nº 4.226 de 31 de dezembro de 2010 – estabelece Diretrizes sobre o Uso da Força pelos Agentes de Segurança Pública;
Estatuto da Criança e do Adolescente.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Língua Portuguesa:

Ementa: Aperfeiçoamento na língua portuguesa para preenchimento de documentos, relatórios, técnicas de redação, ortografia oficial, narração e descrição.

Objetivo: Falar e escrever a Língua Portuguesa, em especial nas atividades que exigem rapidez, exatidão, objetividade, coerência e clareza. O contínuo aprendizado da gramática, da leitura de questões geradoras de dúvidas e provocadoras de embaraços linguísticos, evita os obstáculos que possam conturbar o desempenho eficiente dos membros da Guarda Civil Municipal no exercício de suas funções. Assim, o estudo da Língua Portuguesa na sua função instrumental, subsidia o registro do atendimento às ocorrências relacionadas às atividades da Guarda Civil Municipal.

Conteúdo:

- As características e os elementos essenciais da: descrição, narração e dissertação;
- Orientações para a produção do texto escrito;
- A organização e as características estruturais de um parágrafo;
- Os tipos de leitura: informativa e interpretativa;
- Redação técnica do talão de atendimento;
- Funções de Linguagem;
- Pronomes de Tratamento;
- Concordância Nominal;
- Concordância Verbal;
- Pontuação;
- Dificuldades comuns de ortografia;
- Vícios de linguagem;
- Novo acordo ortográfico;
- Aspectos gerais da redação oficial;
- Preenchimento de registros de ocorrências.

Referências:

MENDES, Gilmar Ferreira, FORSTER, Nestor José. *Manual de Redação da Presidência da República*. 2. ed. rev. e atual., Brasília: Presidência da República, 2002;

CUNHA, Celso, CINTRA, Lindly. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 3. ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001;

MEDEIROS, João Bosco. *Redação Científica: a prática de fichamentos, resumos, resenha*. 4. ed., São Paulo: Atlas, 1999;

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do Trabalho Científico*. 22. ed. rev., São Paulo: Cortez, 2002;

ABAUURRE, Maria, PONTARA, Marcela, FADEL, Tatiana. *Português: língua e literatura*. 1. ed., São Paulo: Moderna, 2000.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Rádio comunicação e telecomunicações

Ementa: Equipamento rádio, mensagem, precisão, concisão. Disciplina de rede, atribuições do operador- rádio, atribuições do COT, atendimento ao munícipe;

Objetivo: Padronizar as regras de operação e ordens de serviços do Centro de Operações dos Órgãos de Segurança Pública Estaduais e o sistema de comunicação da Guarda Civil Municipal de Cristalina. Objetiva instruir os Guardas Cíveis Municipais aplicar corretamente os meios de comunicação existentes na Corporação, empregando para tal as regras, as técnicas e os termos adequados, habilitando os alunos a exercer a função de rádio operador e para tirar o melhor proveito da comunicação operacional.

Referências:

Unidade didática da disciplina Comunicações, CFO – PMERJ – Cap PM Alexandre Campos de Souza;

Procedimento Operacional Padrão - POP da Polícia Militar do Estado de Goiás: disponível em <http://www.assego.com.br/uploads/026092014035536.pdf>

Normas Gerais de Ação da GCM de Cristalina.

Procedimentos no trânsito:

Ementa: procedimentos do Guarda Civil Municipal em acidentes de trânsito, sinalização de vias, apoio aos agentes de trânsito.

Objetivo: Instruir o Guarda Civil Municipal no tocante às leis de trânsito e no cuidado na condução de veículos de emergência, em como proceder diante de um acidente de trânsito com ou sem vítimas, instruir quais os procedimentos do GCM no acionamento de outros órgãos de emergência, como realizar a sinalização de vias em acidentes, e como apoiar os agentes de trânsito. Competências e atuação.

Conteúdo:

- Legislação de Trânsito (CTB);
- O Papel da Guarda Municipal no Trânsito;
- Educação para o Trânsito;
- Emprego dos Equipamentos para Fiscalizar e Orientar o Trânsito.

Referências:

Código de Trânsito Brasileiro: Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997;

Resoluções do conselho nacional de trânsito;

Lei nº 13.022, de 08 de agosto de 2014/Presidência da República;

Legislações municipais.

Processo de urbanização:

Ementa: evolução e desenvolvimento da urbanização no Brasil e em particular na região de Cristalina, o espaço público e as atribuições de cada um dos órgãos municipal, estadual e federal



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Processo de urbanização: Ordenamento do espaço público, o espaço da rua, diversidade cultural, processo migratório e suas consequências, utilização e violação do espaço público, competências legais e formas de administrar situações de conflito.

Objetivo: Instruir o aluno GCM sobre a evolução e desenvolvimento da urbanização no Brasil e em particular a região de Cristalina e Entorno do Distrito Federal, e suas consequências o espaço público e as atribuições de cada um dos órgãos municipal, estadual e federal. O processo de urbanização, ordenamento do espaço público, o espaço da rua, diversidade cultural, processo migratório e suas consequências, utilização e violação do espaço público, competências legais e formas de administrar situações de conflito. Dar ao aluno a compreensão da diversidade cultural, do ordenamento urbano e seus limites e competências de formas a administrar situações de conflito.

Conteúdo:

- Desenvolvimento urbano de Cristalina;
- Consequências na segurança pública;
- O espaço público urbano;
- Respeito à diversidade cultural;
- Espaço público: competências legais;
- Fiscalização de trânsito: solo e veículos;
- Pichações, poluição sonora.
- Geografia da cidade;
- Processo de urbanização e suas consequências na qualidade de vida;
- Situação socioeconômica do município;
- Meio ambiente e sustentabilidade;
- Plano diretor da cidade;
- Identificação das áreas de conflito;
- Competências específicas do município.

Referências:

Lei Orgânica do Município de Cristalina nº 629 de 07 de dezembro de 2016;
Carlos Leite e Juliana Di Cesare Marques Award – Cidades sustentáveis – cidades inteligentes – Desenvolvimento sustentável num planeta urbano - Editora Bookman, 2003;
Crescimento econômico e desenvolvimento urbano: por que nossas cidades continuam tão precárias? - Raquel Rolnik, Jeroen Klink - acesso 10.10.13, disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002011000100006
<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/cultura/cultural-diversity/>

Gestão e Governança:

Ementa: Proporcionar aos alunos a oportunidade de conhecer as possibilidades de Gestão e Governança como ferramenta de transformação da qualidade na prestação de serviço de segurança pública de excelência à comunidade de Cristalina. Bem como o despertar para a construção de padrão de qualidade e a formação de novas lideranças.

Conteúdo:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

- Os aspectos básicos da Governança Corporativa;
- Teorias Relacionadas à Governança Corporativa;
- Princípios de Governança;
- Governança Corporativa no Brasil. Governança Pública: Aspectos Gerais;
- Tendências Teóricas da Governança na Gestão Pública;
- Governança e Governabilidade;
- Transparência;
- Prestação de Contas;
- Governança na Gestão Pública Brasileira;
- Chefia e liderança.

Referências:

MATIAS-PEREIRA, J. Manual de gestão pública contemporânea. São Paulo: Atlas, 2008;
SILVEIRA, Alexandre Di Miceli da. Governança corporativa - desempenho e valor da empresa no Brasil;
São Paulo: Editora Saint Paul, 2006;
SLOMSKI, Valor et al. Governança corporativa e governança na gestão pública. São Paulo: Atlas, 2008.

Condicionamento físico:

Ementa: Para as aulas de condicionamento físico, a Guarda Civil Municipal de Cristalina poderá realizar um termo de cooperação com Instituição de Educação Física situada no Município de Cristalina, ou um instrutor/professor da área específica compatível com o objetivo de oferecer o condicionamento físico para os alunos.

Objetivo: Desenvolvimento de atividades que possam gerar mudança do comportamento cotidiano, criando o hábito da atividade física, capacitando o Guarda Civil Municipal para o exercício de suas atividades profissionais. Propor aos alunos exercícios físicos que os condicionem a suportar a carga de equipamentos utilizados no cotidiano. Considerar as condições físicas, idade, limitações e saúde do atual efetivo da GCM.

Conteúdo:

- Nutrição (Princípios básicos para uma alimentação saudável);
- Anamnese (Análise do histórico do aluno);
- Alongamento;
- Avaliação Física (Frequência cardíaca, pressão arterial, dobras cutâneas, peso e altura);
- Atletismo (Resistência cardiorrespiratória);
- Musculação (Treinamento isométrico, ganho de força muscular).

Comunicação, informação, Tecnologias em Segurança Pública e Gerenciamento da Informação:

Ementa: Boa comunicação é necessária em todos os relacionamentos, tendo a Guarda Civil Municipal entre suas funções a de mediar à resolução de conflitos, tornando-se imprescindível para estes operadores da segurança urbana conhecer, compreender e ter acesso aos meios de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

comunicação, saber quais são, como podem ser utilizados e como colaboram na execução de seu trabalho, os recursos tecnológicos disponíveis. inclui conteúdos relativos aos princípios, procedimentos e técnicas de comunicação, isto é, aos processos de troca e transferência de informação, seja dentro da própria Guarda, entre ela e os outros órgãos de Segurança Pública, com a comunidade e a opinião pública em geral. É importante para o(a) Guarda Civil Municipal conhecer o sistema de comunicação e de gerenciamento da informação que estrutura o sistema de Segurança Pública no estado e no município. Há uma outra vertente do tema que consiste no papel da Guarda Municipal

no registro das ocorrências associadas às informações criminais produzidas pelas polícias estaduais. Este gerenciamento inclui tanto a padronização da coleta de dados quanto a sua organização e análise. Além disto, a prática de planejamento de ações baseada em diagnóstico prévio deve transformar-se numa verdadeira cultura, pois é uma das condições da autonomia intelectual do(a) Guarda Civil Municipal, tornando-o(a) capaz de compreender e sistematizar a sua própria experiência.

Objetivo: discutir a importância de se ter banco de dados, com um núcleo de coletas, organização, processamento, análise e difusão de dados e a adoção da metodologia do geoprocessamento.

Conteúdo:

- Guarda e gerenciamento de informações: Monitoramento, coleta de dados, relatórios de atuação, planejamento e direcionamento de ações, estatística e suas aplicações operacionais;
- Orientações para relacionamento com a mídia: Postura, linguagem clara e objetiva, órgãos de segurança e mídia;
- Procedimentos operacionais e estrutura do funcionamento.
- Gerenciamento da informação e intervenções da GCM;
- Conhecer o banco de dados de informações criminais, urbanas, socioeconômicas e a atuação local;
- Telecomunicação e os serviços de utilidade pública como instrumentos na prevenção da violência e da criminalidade;
- Padronização de registro de ocorrências;
- Geoprocessamento de informações criminais, urbanas, socioeconômicas e planejamento da atuação local das Guardas;
- Novas tecnologias da informação.

Valorização Profissional e Saúde do Guarda Civil Municipal:

Ementa: O processo formativo deverá incluir metodologias que valorizem o(a)s Guardas Municipais e lhes permitam ter uma positiva imagem de si como sujeito e enquanto membro de uma instituição. O Tema Básico de valorização profissional deve ser incluída no rol dos conteúdos curriculares para contribuir com a criação de uma cultura efetiva de respeito e bem-estar do(a)s profissionais. No caso das Guardas Municipais em particular, a valorização profissional não se restringe a questões relacionadas à remuneração e planos de carreira, mas também à sua identidade institucional, condições de trabalho, equipamentos disponíveis e acesso às atividades de formação. Este Tema Básico deve incluir a abordagem de um aspecto capital da profissão: a valorização e a proteção da vida e da integridade física, mental e



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

emocional do(a) guarda municipal. É imprescindível abordar a questão do estresse e de suas consequências.

Conteúdo:

- Condições de trabalho saudáveis e equipamentos adequados;
- A saúde do Guarda Civil Municipal;
- Desempenho profissional, procedimentos e técnicas para proteção à vida;
- Imagem do profissional das Guardas Civis Municipais;
- Gestão de Recursos Humanos;
- Plano de carreira e Relações de Trabalho;
- Exercício físico.

Isolamento e preservação de local de crime:

Ementa: O primeiro policial, de acordo com as determinações legais do Código de Processo Penal, é o responsável por tudo que ocorrer naquele local, desde a sua chegada até o comparecimento do delegado de polícia. Quanto à responsabilidade pelo isolamento e preservação de local. No primeiro momento, é da primeira autoridade que chegar ao local (PM, CBM, DETRAN, GM, SAMU), até o momento em que a autoridade policial judiciária chega e assume essa responsabilidade, até que os peritos realizem completamente os respectivos exames. Com o advento da Lei Federal nº. 8.862/94, os peritos passam a ter uma garantia legal para a preservação e o isolamento de locais de infrações penais, tarefa essa a cargo da autoridade policial, sob pena de responsabilização futura pelo juiz. Ao mesmo tempo em que o art. 6º e seus incisos I e II determinam a autoridade policial que preserve o local e o corpo de delito, também exige que o perito relate em seu laudo se a preservação deixou de ser feita ou ocorreu com falhas.

Objetivo: Oportunizar ao aluno os conhecimentos necessários para a excelência no isolamento e preservação de local de crime de acordo com as determinações legais do Código de Processo Penal.

Conteúdo:

- Determinações legais do Código de Processo Penal;
- A responsabilidade pelo isolamento e preservação do local de crime;
- Equipamentos necessários para o isolamento do local de crime.

A Gestão Integrada da Segurança Pública:

Ementa: oportunizar a discussão e análise do Programa de Segurança Pública para o Brasil, conceituação, métodos, processos, oportunidades, desafios, modalidades de articulação e meios de superação de obstáculos à implantação e implementação das ações integradas no campo da segurança pública urbana.

Conteúdo:

- Sistema Único de Segurança Pública – SUSP: Conceituação de integração; Estrutura e funcionamento; Modalidades de inserção do município no SUSP;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

- Gestão Integrada da Segurança Pública Municipal;
- Análise e compreensão crítica dos processos e métodos existentes nos municípios no âmbito da Segurança Pública Municipal;
- Análise das vantagens e das modalidades de coordenar e articular as práticas dos diferentes profissionais de segurança pública agindo no município. Possibilidades de interação entre Polícia Militar, Polícia Civil e Guarda Municipal; Análise da importância e possibilidades de articulação do trabalho com o Ministério Público, o Judiciário e com os organismos responsáveis pela implementação de políticas públicas, tais como: Educação, Saúde, Planejamento Urbano, Trabalho, Criança e Adolescente, entre outros; Análise das vantagens de integrar ao trabalho a sociedade civil organizada, (Conselhos Comunitários, entre outros);
- Análise dos obstáculos a esta visão e ação integradas e dos meios de superá-los localmente;
- O Gabinete de Gestão Integrada Municipal – GGIM como política de segurança pública e ferramenta de cooperação e articulação transversal.

Controle de Distúrbios Civis

Ementa: Empregar noções básicas e técnicas de controle de distúrbios civis, regular as questões de doutrina, de instrução e emprego da Guarda Civil Municipal em relação ao emprego legal para controle de distúrbios internos nos próprios públicos e praças públicas que exijam repressão imediata.

Objetivo: Qualificar em técnicas e procedimentos operacionais os novos integrantes da Guarda Municipal na sua atuação constitucional. Refletir acerca da intervenção que deverá ser voltada para a mediação de conflitos, o uso comedido da força em detrimento da violência, com orientação aos cidadãos. Analisar e compreender o diagnóstico local de segurança municipal. Ter iniciativas voltadas a resolução de ocorrências. Se preparar fisicamente para o desconforto da psico fadiga e a utilização de tecnologias de menor potencial ofensivo. Atuar de forma técnica, moral, ética e legal nas situações que exijam atuações e repressões imediatas.

Conteúdo:

- Conceitos;
- Causas de distúrbios civis;
- Fases das operações de Controle de distúrbios em próprios públicos;
- Tática de controle de distúrbios civis;
- Prioridade no emprego dos meios;
- Constituição básica do pelotão de cdc;
- Controle de Distúrbios internos e utilização de bastão “Tonfa”.

Sobrevivência e Técnicas em Campo:

Ementa: Noções e técnicas de sobrevivência em área rural, transporte de ferido, primeiros socorros em caso de acidentes com animais peçonhentos, preservação do local do crime em campo aberto, uso legal e diferenciado da força, planejamento e execução de patrulhamento em apoio a projetos de preservação ambiental.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Objetivo: Qualificar em técnicas e procedimentos operacionais os novos integrantes da Guarda Municipal na sua atuação constitucional. Refletir acerca da intervenção que deverá ser voltada para a mediação de conflitos, o uso comedido da força em detrimento da violência, com orientação aos cidadãos. Analisar e compreender o diagnóstico local de segurança municipal. Ter iniciativas voltadas a resolução de ocorrências. Se preparar fisicamente para o desconforto da psico fadiga. Atuar de forma técnica, moral, ética e legal nas situações que exijam atuações imediatas.

Conteúdo:

- Técnicas de abordagem a pessoas e veículos em situação de flagrante delito em área rural;
- Técnicas de mediação e resolução de conflitos em área rural;
- Técnicas de preservação do local da ocorrência em área de preservação ambiental;
- Técnicas de primeiros socorros em caso de acidentes com animais peçonhentos;
- Técnicas de transporte de feridos e primeiros socorros.

Valorização Profissional e Saúde do GCM:

Ementa: O processo formativo deverá incluir metodologias que valorizem o(a)s Guardas Civis Municipais e lhes permitam ter uma positiva imagem de si como sujeito e enquanto membro de uma instituição. No caso das Guardas Civis Municipais em particular, a valorização profissional não se restringe a questões relacionadas à remuneração e planos de carreira, mas também à sua identidade institucional, condições de trabalho, equipamentos disponíveis e acesso às atividades de formação. Este Tema Básico deve incluir a abordagem de um aspecto capital da profissão

Objetivo: Oportunizar os conhecimentos necessários para a criação de uma cultura efetiva de respeito e bem-estar dos profissionais da GCM.

Conteúdo:

- Condições de trabalho saudáveis e equipamentos adequados;
- A valorização e a proteção da vida e da integridade física, mental e emocional do Guarda Civil Municipal;
- O estresse e suas consequências;
- A saúde do Guarda Civil Municipal;
- Desempenho profissional, procedimentos e técnicas para proteção à vida;
- Imagem do profissional das Guardas Civis Municipais;
- Gestão de Recursos Humanos;
- Plano de Carreira e Relações de Trabalho;
- A importância do exercício físico.

Modalidades de Gestão de Conflitos e Eventos Críticos:

Ementa: O espaço público é palco de disputas e conflitos em torno de sua utilização, quando, em geral, está em jogo o respeito à lei. Ele é também palco de enfrentamentos das mais diferentes naturezas, tanto entre pessoas como entre indivíduos e grupos, a maior parte das vezes fruto de comportamentos discriminatórios e/ou do desconhecimento dos direitos de cada um. E, finalmente, ele é palco de manifestações dos mais variados tipos, ligadas em geral a lutas de caráter social ou político. É pelo tipo de tratamento dado a estas situações, a mediação,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

que a Guarda Municipal vai se diferenciar das missões próprias da Polícia Militar e afirmar a sua identidade.

Conteúdos

- Conceito de espaço público e legislação relativa à sua utilização;
- Conflitos no espaço público municipal: tarefas da Guarda Civil Municipal, tarefas da Polícia;
- Mediação de conflitos: princípios, técnicas e procedimentos;
- Preparação psicológica e emocional do “gerenciador” de conflitos;
- Tomada de decisão em situações de conflito;
- Uso legal e progressivo da força, da arma de fogo e defesa pessoal – legitimidade e limites: formas, responsabilidade e ética;
- Responsabilidade do(a)s aplicadores da lei;
- Articulação/integração com a comunidade na gestão de conflitos.

Diversidade, Conflitos e Segurança Pública:

Ementa: Cabe proporcionar à Guarda Civil Municipal alguns instrumentos para conhecer e refletir sobre inúmeras expressões da diversidade como fenômeno inerente à vida social e às relações humanas e como direito fundamental da cidadania. Esta área deve permitir a reflexão permanente sobre as intervenções dos órgãos de Segurança Pública e da Guarda Municipal frente as realidades que envolvem questões de diferença sociocultural, gênero, orientação sexual, etnia, geração, comportamentos estigmatizados e especialmente aquelas que se tornam geradoras de conflitos marcados por intolerância e discriminação. Esta área deve permitir também a reflexão sobre a atuação dos órgãos de Segurança Pública e da Guarda Municipal frente aos movimentos sociais.

Conteúdo:

- As diferenças regionais e culturais no Brasil;
- A migração interna e suas causas;
- A situação do negro e do índio na sociedade brasileira;
- Violência doméstica e de gênero;
- A situação do idoso nos grandes centros urbanos;
- A criança e o adolescente em dificuldade com a lei: vítima ou infrator?
- O morador de rua: causas e procedimentos para atendê-lo;
- O direito de expressão e de reunião.

Sociedade, sua organização de poder e a Segurança Pública:

Ementa: É a área de reflexão que traduz a necessidade de conhecer e pensar a realidade social enquanto um sistema, sua organização e suas tensões, estudadas do ponto de vista histórico, social, político, antropológico, cultural e ambiental. É importante propiciar a reflexão sobre conceitos políticos fundamentais tais como “Democracia” e “Estado de Direito”, considerando igualmente as questões levantadas pela convivência no espaço público – local principal de atuação das Guarda Municipais, e a coexistência de interesses e intenções conflitantes.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Conteúdo:

- História social e econômica do Brasil, do Estado e do município;
- Sociedade, povo e Estado brasileiro;
- Cidadania, democracia e Estado de direito;
- Formas de sociabilidade e utilização do espaço público.

O indivíduo como sujeito e suas interações no contexto da Segurança Pública:

Ementa: Esta área de reflexão se fundamenta pela necessidade de considerar o Guarda Civil Municipal como sujeito que desenvolve sua função em interação permanente com outros sujeitos. É importante discutir as representações que cada participante tem a respeito de si mesmo e das relações que estabelece, em particular, no Contexto do exercício da sua profissão. Deve permitir que os próprios processos educativos sejam vivenciados, sentidos e entendidos no seu decorrer como momentos de interação e encontro e incluam, para tanto, metodologias permitindo que as relações entre participantes sejam estimuladas, aprimoradas e discutidas.

Conteúdo:

- Sensibilização, motivação e integração de grupo;
- Focalização dos aspectos humanos da profissão;
- Relações humanas;
- Auto-conhecimento e valores pessoais.

Possibilidades para o Ciclo de Palestras e orientações acerca das funções e serviços públicos:

- Gabinete de Gestão Integrada;
- Poder Judiciário;
- Ministério Público;
- Sistema Prisional;
- Polícia Militar;
- Polícia Civil;
- Corpo de Bombeiros;
- Fiscalização de Postura;
- Conselho Tutelar;
- Conselho Municipal de Segurança;
- Delegacia Estadual de Repressão a Narcóticos – Denarc de Goiás;
- Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher – DEAM de Goiás;
- Delegacia de Homicídios – DH de Goiás;
- Delegacia de flagrante de Cristalina;
- IML de Luziânia-GO;
- Secretarias Municipais de Segurança Pública, Meio Ambiente, Defesa Civil, Saúde, Turismo e Educação de Cristalina;
- Modalidades de Gestão de Conflitos e Eventos Críticos;
- Inovações Tecnológicas para a Segurança Pública e Tecnologias de Próximas Gerações;
- Temas voltados para saúde;
- Diversidade, Conflitos e Segurança Pública;
- Modalidades de Gestão de Conflitos e Eventos Críticos;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

- O indivíduo como sujeito e suas interações no contexto da Segurança Pública.

Cursos na Modalidade Ensino a Distância – EAD/SSPGO/SENASP-MJ

- Direitos Humanos (60 h/a)
- Polícia Comunitária (60 h/a)
- Policiamento orientado para o Problema (60 h/a)